A SOLIDARIEDADE TERRITORIAL COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DA REGIÃO DO IGUASSU

Ana Solange Biesek

Poliana Fabíula Cardozo

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo refletir sobre à economia solidária como forma alternativa de inclusão sócio-produtiva na cadeia produtiva do turismo, buscando promover o desenvolvimento, tendo em vista que o turismo é um dos setores econômicos que apontam maiores crescimentos, e capacidade de promover justiça social, distribuindo renda à população local. Para tanto, buscou-se apresentar os princípios e fundamentos que norteiam esta atividade, seguido de uma pesquisa exploratória da experiência em Foz do Iguaçu. A metodologia da pesquisa se baseou na revisão bibliográfica referente à economia solidária e aos elementos da economia do turismo e sua relação com o combate à pobreza, visando discutir os limites e as oportunidades do fomento às práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo e buscando fornecer subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas relativas ao tema. Conclui-se que o turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais sejam protagonistas de seus modos de vida, uma alternativa viável de inclusão produtiva, com características favoráveis ao combate à pobreza e exclusão enraizadas num modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Turismo; Cooperativas

ABSTRACT

This study aims to reflect on the social economy as an alternative form of social-productive inclusion in the tourism industry, aiming to promote development, considering that tourism is one of the economic sectors that show greater growth, and ability to promote social justice by distributing income to the local population. To this end, we attempted to present the principles and fundamentals that guide this activity, followed by an exploratory experiment in Iguassu Falls. The research methodology was based on literature review on the social economy and the elements of the tourism economy and its relation to poverty alleviation in order to discuss the limits and opportunities of promoting the practice of solidarity economics in the tourism industry and seeking provide subsidies for the development of public policies relating to the subject. We conclude that community-based tourism is a strategy that people are the protagonists of their traditional ways of life, a viable alternative to

include production, with favorable characteristics for combating poverty and development model rooted in a more socially just and environmentally responsible.

Keywords: Solidarity Economics, Tourism, Cooperatives

1. Introdução

Nos últimos anos, a evolução do turismo global foi de crescimento constante e a atividade tem se consolidado como um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico, segunda maior atividade do mundo em geração de divisas e empregos, atrás apenas da indústria do petróleo e derivados. Em 2007, 900 milhões de turistas circularam em todo o mundo, gerando uma receita cambial de aproximadamente 850 milhões de dólares. Em 2008, 922 milhões de turistas circularam pelo mundo, mesmo com a desaceleração ocorrida a partir do segundo semestre de 2008 em decorrência da crise econômica que atingiu o mundo. Há apenas três décadas, esse número não ultrapassava 277 milhões. A evolução dos transportes, das telecomunicações e a globalização da economia foram grandes impulsionadores das viagens e fizeram o turismo se transformar em uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo e um dos principais pilares do comércio internacional (OMT, 2010).

As fronteiras existentes, principalmente as da região Sul, com destaque para a Tríplice Fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina, são responsáveis pela entrada de diversos viajantes dos países vizinhos, o que reflete a importância do turismo de fronteiras no aumento do número de turistas, assim como para integração do continente. Novas vias de acesso para o Peru, Bolívia e Chile, por exemplo, abrem novos roteiros e contribuem para a diversificação de experiências e maiores possibilidades de acesso ao Brasil. Recentemente foi inaugurado um novo vôo com ligação direta entre o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e o Aeroporto Internacional de Santiago del Chile e um vôo direto de Foz do Iguaçu para Lima, Peru. A partir do dia 10 de dezembro começou a operação da Empresa Aérea Web Jet, contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística na região, que tem se

expandido, exemplo disso é o recorde de visitantes no Parque Nacional do Iguaçu no ano de 2010 de 1.265.765 visitantes (SETUR/FOZ, 2011).

Como grande ícone do turismo internacional do Brasil, ficando atrás somente do portão de entrada, Rio de janeiro, a cidade de Foz do Iguaçu pode ampliar sua capacidade, atratividade e hospitalidade de atrair visitantes das diversas partes do mundo, fortalecendo o retorno dos visitantes e fidelizando ainda mais os turistas nacionais e internacionais, atraindo também para as áreas de entorno do destino, como por exemplo, a região dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, que abrange dezesseis municípios, cada qual com seu diferencial histórico cultural e ambiental.

A base para vencer os desafios e aproveitar as oportunidades é o planejamento, caminho a ser seguido com intuito de garantir mais desenvolvimento para todas as regiões do país, gerando emprego e renda e dando a contribuição do turismo para a diminuição das desigualdades regionais.

Nesse contexto, observa-se que embora a economia mundial tenha crescido após a 2ª Guerra Mundial e também com o advento da globalização a partir dos anos 70, não houve diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, caracterizado pela concentração de riquezas pessoal e regional, ao aumentar a concorrência e diminuir o poder de ação do Estado. Nesse período o turismo tornou-se uma atividade econômica relevante no cenário mundial. Este estudo objetiva apresentar as relações entre turismo e às práticas da economia solidária, como modo de produção dos bens e serviços utilizados por turistas, sob a referencia empírica do projeto de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região do Paraná, especificamente Foz do Iguaçu.

Uma alternativa que começa a ser implantada através da atividade turística, para fugir da dominação do capital, é construir uma economia associativa e igualitária, seguindo os princípios da economia solidária, de forma que as comunidades inseridas em locais turísticos sejam sujeitos coletivos desde a produção ate a venda de seu produto ao visitante, mas percebe-se a grande dificuldade encontrada quando se busca reduzir a pobreza. O Ministério do Turismo tem patrocinado essa iniciativa, através de apoio de incubadoras de cooperativas populares, como é o exemplo da Coottrafoz, uma cooperativa de motoristas de Foz do Iguaçu, tendo em vista que é fundamental a participação de políticas públicas

ativas que articulem as potencialidades locais e forneçam os elementos necessários para o desenvolvimento das alternativas populares de inserção produtiva.

2. Desenvolvimento do turismo como forma de inserção social e combate à pobreza – atuação do governo brasileiro

Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, o Governo Federal tem uma nova visão do setor, de ser um dos indutores do desenvolvimento do país com potencial de contemplar crescimento econômico com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais e regionais, por meio da geração de trabalho e renda, fomentando a competitividade do produto turístico nos mercados nacionais e internacionais nos diferentes territórios do Brasil. Segundo o PNT 2007-2010:

> [...] o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental [..] o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente, com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2007, p. 15).

Essas reflexões, induz a compreensão de que ao considerar-se os aspectos geográficos, físicos, socioeconômicos, populacionais e a relação com os atores sociais do território, o que parece ser mais adequado, é o desenvolvimento de um planejamento enfocando o território, onde ocorre a interação do homem com o meio ambiente, de forma a se organizar e relacionar com a natureza e cultura de diversas maneiras, transformando o espaço em atrativos turísticos e inserindo a comunidade local na produção da infra-estrutura e prestação de serviços aos turistas.

Tendo em vista que o incentivo a práticas econômicas de forma organizada e orientada na união de forças, através da cooperação e associativismo, pode promover, de forma competitiva, a inserção de atividades econômicas organizadas localmente na cadeia produtiva do Turismo. Nesse contexto, se inserem os Arranjos Produtivos Locais (APL) que tratam da interação entre empresas e agentes sociais. São formas de organização da produção em um território que priorizam as vocações

e recursos locais, o adensamento do mercado interno como forma de desenvolvimento sustentado e menos vulneráveis às dinâmicas exteriores, sem ignorar a importância da estruturação de canais externos de comercialização, seja na forma de redes de comercialização alternativas ou tradicionais. Destacada importância tem o Estado no planejamento multiescalar das políticas e na interação entre elas. (RAMIRO, 2009).

Para que o desenvolvimento do território ocorra de forma satisfatória é fundamental o envolvimento e atuação fortalecida da governança local, capaz de valorizar a identidade cultural, os recursos culturais e naturais, evitando padronizações, com vistas ao crescimento econômico e à melhoria social de grandes regiões, pois cada local tende a se especializar na produção de bens ou serviços, incluindo os turísticos, para os quais ele dispõe de dotações de fatores abundantes em comparação com outros e ao se referir ao planejamento territorial endógeno, o foco do planejamento regional passa a ser a localidade. Nesse caso, o local, será capaz de produzir em melhores condições de competitividade e ser referência nos serviços turísticos prestados, pois com a globalização, sua importância ressurge, através do papel que desempenharão, a partir de suas potencialidades e identidades.

Ao planejar o território endógeno a base dos modelos de desenvolvimento está na percepção de que os elementos necessários se encontram nos próprios moradores locais, que devem estar inseridos diretamente no processo, através de suas vocações e potencialidades, de forma a construir um projeto de desenvolvimento pautado na participação social e sustentabilidade. A capacidade de atração de cada destino turístico depende cada vez mais de sua atratividade no que se refere aos aspectos naturais, culturais, sociais, políticos e econômicos e de fundamental importância a hospitalidade encontrada no local ou região. As estratégias de desenvolvimento local também apresentam alguns riscos, como por exemplo, a baixa capacidade de gestão do ator protagonista, dificuldade de acesso na concessão de crédito, deficiências nos serviços e infra-estrutura local, além dos canais de comercialização do local, o que exemplifica a importância da gestão compartilhada entre autores locais e políticas públicas.

Neste contexto, cita-se a organização dos moradores locais através do Programa de Regionalização do Turismo, que assumem o papel de atores principais na oferta dos produtos e serviços turísticos, ao realizarem essa atividade pela comunidade local, pode ser considerado como turismo de base comunitária, segmento ainda pouco conhecido, mas de grande interesse da academia e do poder público, que tem demandado ações efetivas nesse processo de desenvolvimento, que pode ser uma alternativa de organização singular para alguns roteiros e regiões para de forma conjunta oferecer produtos e serviços turísticos diferenciados, visando melhorias de vida para a comunidade local.

O Brasil tem feito parcerias de cooperação com a Espanha, tendo em vista que é o é segundo destino turístico do mundo e o que recebe mais receitas do turismo, ultrapassando as receitas da França (maior receptor turístico mundial), ficando responsável o setor, pela dinamização econômica da Espanha, acumulando vasta experiência, passível de ser compartilhada. Um exemplo de cooperação entre a Espanha e o Brasil é o Projeto de Cooperação para o Desenvolvimento do Turismo na Costa e na Serra da Capivara. Para execução desse programa a Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID firmou com o Governo Federal uma parceria, implementada por meio de um acordo de cooperação com o Ministério do Turismo – Mtur, em parceria com a ITCP/COPPE/UFRJ, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho, sendo a promoção da inclusão social com geração de trabalhos e renda na cadeia produtiva do turismo o principal objetivo. O Instituto Ambiental Brasil - IABS, uma organização privada sem fins lucrativos, com grande experiência na e execução de projetos aliados a busca por um desenvolvimento mais sustentável tornou-se o terceiro pilar dessa parceira, por meio do Convênio Mtur/IABS – 345/2007, desenvolvendo ferramentas de planejamento, gestão e cooperação técnica que visam o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, respeitando o meio ambiente e valorizando os ativos culturais locais (RAMIRO, 2009).

Um exemplo dessa parceria, pode ser visualizada no livro Economia Solidária e Turismo, em que Rodrigo Ramiro (2010) descreve e analisa três experiências concretas de empreendimentos solidários de implantação de

cooperativas populares baseadas no turismo: Lençóis Maranhenses, Serra da Capivara, no Piauí e Jericoacoara, no Ceará, regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) concluindo que as experiências, apesar de terem sido implementadas com o mesmo objetivo, de inserção produtiva de comunidades pobres e com poucas alternativas de desenvolvimento, mostram diferenças importantes em termos de renda iniciais, contato com turistas, quantidade de atrativos turísticos, entre outros, sendo essas diferenças responsáveis por resultados distintos tanto no que se refere ao sucesso econômico do empreendimento, quanto no que tange aos ganhos em termos de desempenho do turismo local. Em todos os casos, porém, observa-se uma melhoria importante na articulação e organização das comunidades locais para a discussão e providencias no sentido de resolução de problemas específicos. Em todos os casos, há potencial cooperativo a ser desenvolvido como forma de melhorar a inserção produtiva e social dos residentes.

Segundo o Mtur (2008) o investimento executado no âmbito da Secretaria pelos seus departamentos, em 2008, totalizou o valor de R$1,7 bilhões. No âmbito do DCPAT[1], os investimentos realizados totalizam o valor de R$40 milhões em programas para qualificação em língua estrangeira; formação de gestores; turismo de aventura, gastronomia, incubação de cooperativas populares da cadeia produtiva do turismo, apoio a comercialização da produção associada ao turismo, entre outros. O apoio ao turismo de base comunitária como uma ação do DCPAT, capitaneada pela Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas – CGPE - tem como objetivo conhecer o potencial deste segmento para, por um lado, agregar valor a alguns destinos, diversificar a oferta turística e, por outro, promover o desenvolvimento local e a inclusão social, em virtude das

[1] Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo, que tem como finalidade apoiar programas e ações de para o desenvolvimento da qualificação e certificação de profissionais, de equipamentos e serviços turísticos; ações de produção associada para o incremento da produção artesanal e demais produtos associados ao turismo que agreguem valor ao destino turístico, bem como sua promoção e comercialização e o fomento a projetos de desenvolvimento turístico local e de inclusão social, com o apoio técnico, institucional e financeiro necessários às regiões com potencial turístico e de baixa renda percapita, em conformidade com o Plano Nacional de Turismo (Mtur, 2008).

características peculiares da organização e estruturação dos produtos e serviços turísticos denominados como de base comunitária.

No que se refere às políticas públicas, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem desenvolvido ações para o fomento a grupos organizados de base comunitária no entorno ou no interior de Unidades de Conservação, no caso do MMA, e/ou vinculados ao Programa de Agricultura Familiar (PRONAF), no caso do MDA. No entanto, ações isoladas, não são capazes de configurar uma adequada política que estimule a prática de atividades relacionadas ao turismo de base local. Recentemente, no ano de 2008, o Ministério do Turismo, através do Edital 01/2008, passou a reconhecer as atividades de turismo de base comunitária e a aportar recursos para o fomento de tais iniciativas, através do edital público em que foram enviadas 500 propostas que representaram todas as macro-regiões brasileiras, destas, foram selecionados 50 propostas por uma banca formada por representantes do Ministério do Turismo, professores, pesquisadores e especialistas, para apoio nos exercícios de 2008 e 2009, representando 19 unidades da federação, e cerca de 100 municípios, com orçamento total previsto de R$ 7,5 milhões (RAMIRO, 2009).

Em 2008, foram formalizados, por meio de convênio, 22 projetos, distribuídos nas cinco regiões do Brasil totalizando um investimento de R$3,36 milhões. Embora não se possa definir como uma política pública federal, esse foi um marco das primeiras ações do poder público federal em apoio a um outro modelo de turismo onde as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas são os principais protagonistas. A consolidação do turismo de base comunitária enquanto atividade geradora de benefícios diretos as comunidades locais necessita de um esforço conjunto dos setores público e privado, da sociedade civil organizada e de instituições de ensino de todo o país (RAMIRO, 2009).

As parcerias e acordos criados para implementação desses projetos junto a administração pública local, assim como a outros níveis de governo e setor privado são elementos presentes na democracia participativa e desenvolvimento sustentável, pautada na afirmação identitária de comunidades enraizadas em espaços simbólicos de pertencimento. O esforço do governo na promoção dessas

ações é fundamental para ampliar a possibilidade de se obter melhores resultados e maiores benefícios para as comunidades locais, mas tem que ser focada na melhoria de qualidade de vida das populações receptoras, e não somente no aumento de fluxo de turistas no local ou contribuição de divisas internas e externas para o país, compreendendo o que fazer e de que forma conduzir um melhor processo.

3 Desenvolvimento da Economia Solidária – Conceitos e práticas no Brasil

Diferente do que se esperava do século XX, um período de bem estar, houve um maior distanciamento entre níveis sociais, e nos laços de solidariedade entre as pessoas, culminando atualmente em uma grande diferença entre países pobres e ricos, aumento crescente desde os anos 1990, com uma minoria da nação detendo o comércio mundial. O desemprego atinge o número de 185 milhões de pessoas no mundo, cerca de 6,2% da força de trabalho (OIT, 2008). No início dos anos 1960, a renda per capita das nações mais pobres era de US$ 212, enquanto nos países mais ricos era de US$ 11.417; em 2002 essas cifras passaram a US$ 267 (+ 26%) e US$ 32.339 (+183,3%), respectivamente. A idéia até nessa época era de que o crescimento econômico generalizado traria um reflexo dos mais ricos sobre os mais pobres, contrapõe, após observação do crescimento das décadas de 50 e 70, do século XX, que o crescimento não se traduz necessariamente em um maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, principalmente nos países periféricos (VEIGA, 2005, p. 19).

Argumenta Sen (2000, p. 63) que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. Complementa o autor que, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, sendo as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade.

O crescimento e a expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão, cooperação e integração entre os povos, onde os direitos sociais e políticas de fomento ao desenvolvimento, tem a cada dia que passa ganho maior espaço no território brasileiro, mostrando uma diversificada realidade e trazendo para discussão um conjunto importante de questões teóricas e políticas.

A Economia Solidária se faz presente nos mais diversos ramos da economia, inclusive no de alta tecnologia, pautada em lógicas econômicas diferente do capitalismo predador, abrindo espaço para moderna cooperação entre os produtores diretos, visando um desenvolvimento inclusivo, justo e respeitador do meio ambiente, podendo se configurar como um dos vetores de mudança da sociedade, através de seus movimentos e inserção de políticas públicas para o setor.

As políticas públicas de fomento a economia solidária estão sendo construídas, são experiências ainda muito recentes no país, marcadas por uma grande diversidade, cujas metodologias estão em processo de experimentação e tem sido dirigida principalmente para a área de inclusão social e trabalho, embora suas raízes datem das experiências ligadas aos movimentos operários europeus da primeira metade do século XIX. Para Singer (2002, p.10) a economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

Segundo Iaskio, (2007, p. 59) a economia solidária é, portanto, toda organização formada e gerida por trabalhadores que detêm os meios de produção, com vistas à geração de trabalho e renda. Essa organização deve ser pautada em princípios de solidariedade e de autogestão. Entre os empreendimentos de economia solidária estão as cooperativas, as associações, as empresas autogestionárias e qualquer outro empreendimento cujas características conferem com as descritas. O autor complementa que a economia solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho, por meio de iniciativas que propõem uma forma de trabalho

alternativa à tradicional, pautadas em princípios de solidariedade, na propriedade coletiva dos meios de produção e na participação coletiva das tomadas de decisão.

No que se refere as modalidades a que estão distribuídas a economia solidária, destacam-se os chamados EES, isto é, as iniciativas que operam na ponta, as entidades de apoio e fomento (EAF) aos EES, e as formas de auto-organização política principalmente as redes e os fóruns (Ramiro, 2010, p. 45). Dentre as entidades de apoio e fomento se destacam as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, as ITCP's como são conhecidas, buscam auxilio, por meio de assessoria especializada, a constituição e gestão de empreendimentos econômicos solidários, dos setores excluídos do mercado de trabalho, e de cooperativas de trabalhadores, em particular, tendo como meta promover a inserção no mercado formal de trabalho de segmentos sociais economicamente marginalizados a partir de uma perspectiva ética que valoriza, entre outros elementos, o protagonismo das camadas populares, a autogestão de empreendimentos, a solidariedade e o fortalecimento da cidadania.

No Brasil a Economia solidária tem uma expressão significativa em termos do número de participantes, mas que proporciona rendimentos muito baixos para os mesmos. Cerca de 50% retira até meio salário mínino e 26, 1% recebem de meio até um salário mínimo (atlas da Ecosol, 2005) Por esses dados verifica-se que muitas vezes a economia solidária não é uma opção para seus trabalhadores mas a única alternativa ao desemprego, é a razão evocada por 45% dos participantes (idem, 2006) ou ainda da complementação de renda (44% dos participantes). Isto significa que a Ecosol ajuda a manter o exército industrial de reserva ou complementa renda oriunda das transferências sociais do governo ou ainda completa as necessidades daqueles que recebem baixos salários em atividades assalariadas.

4 Turismo e Produção do Espaço

O território onde se dá o desenvolvimento da atividade turística, ou seja, o encontro entre o turista e a população local, possui suas características sociais, culturais, históricas, geográficas, em um espaço real, que torna a memória durável, substanciando o ser social e a memória, construído através dos valores e

significados presentes na comunidade que o disponibiliza para o turista através das relações de hospitalidade. As relações econômicas são enriquecidas por outras relações que ultrapassam a racionalidade do lucro imediato, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço, demarcam uma escala geográfica, a escala local, que remete a uma certa sociedade e ao território em que vive essa sociedade, com a qual se tem uma relação mais próxima.

De acordo com Saquet (2003) o território passa a existir quando é manifestado ou exercido qualquer tipo de poder, de relações sociais, pois são as relações sociais que tornam o abstrato, algo concreto, que originam o poder. Toda a relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. E são essas relações que consubstanciam um território e as múltiplas territorialidades, o que leva a compreensão de que a territorialidade é cotidiana, multifacetada, e as relações são múltiplas e, por isso, os territórios também o são revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos e grupos sociais com uma parcela do espaço, relativamente delimitada.

Nesse contexto se insere o turismo comunitário, compreendido como uma forma de turismo em que comunidades locais assumem o comando do desenvolvimento do turismo em seus território, e para entender a participação nesse espaço faz-se necessário a compreensão de sua natureza, complexidade e conflitos. E uma atividade econômica e uma prática social que não ocorre sobre espaços vazios, mas em maior parte em espaços ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas cotidianas, produzindo seus espaços, através de seu uso e apropriação.

Dessa forma, torna-se necessário a compreensão de uma das principais categorias de análise da geografia, o espaço, categoria que tem sido utilizada desde os anos 60, ou seja, desde o século XX, em vários sentidos, momento em que o filósofo francês Henri Lefébvre inseriu a expressão produção do espaço, que para ele significa que a sociedade produz seu espaço, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço. Em sua obra o autor enfatiza os espaços urbanos e as escalas locais e metropolitanas.

Corroborando, Milton Santos coloca que fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (1996, p. 107). Complementa o autor propondo o conceito de formação "socioespacial" como conceito-chave na busca pelo entendimento do mundo. Uma formação socioespacial e fruto de um processo social e histórico de produção do espaço. "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Santos, 1996, p. 51).

Para Gonçalves (2007), o espaço é um dado fundamental, por que é nele que também se dão as relações de contigüidade e solidariedade, onde uma ordem espacial é permanentemente recriada. Este encontro de uma lógica e um sentido próprio localmente construído constitui a configuração do espaço.

Desse modo Tuan (1983, p. 3) define espaço e lugar como termos familiares que indicam experiências comuns, vivemos no espaço, e tempo e lugar são componentes básicos do mundo vivo. O lugar é um mundo de significado organizado, é essencialmente um conceito estático. Complementa o autor (1983, p. 198) que o movimento no espaço pode ser em uma direção ou circular, implicando repetição, assim as imagens de espaço e tempo se misturam.

Para Milton Santos que "(...) não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço" (1994, p. 88). Embasando essa análise Milton Santos (1996, p. 106) afirma que "a divisão internacional do trabalho é o processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho", necessária a compreensão do conceito de Divisão Territorial do Trabalho (DTT) para se compreender a organização espacial do mundo ou as diferentes formações socioespaciais.

Para Cruz (2001)

> [....] não há produção do espaço que não remeta à uma divisão territorial do trabalho; não requeira uma análise sobre sujeitos sociais envolvidos; não diga respeito a ambas as dimensões do espaço geográfico, ou seja, às suas dimensões material e imaterial e que não seja social e histórica.

Complementa Raffestin (1993, p. 59-60) que o território é o espaço político por excelência, o campo de ação de trunfos, é uma forma de espaço aonde se projeta várias formas de trabalho e informações que levarão as várias relações marcadas pelo poder. O que os autores citados enfatizam em comum é o fato de que a produção do espaço é, antes de mais nada, um processo social e cultural.

Para que se tenha uma organização e produção do espaço de forma condizente com o desejado é necessária a participação do estado e do mercado, cada qual desempenhando seu papel. Cada vez mais o Estado, no caso o brasileiro, representado nos níveis: federal, estadual e municipal tem se colocado presente no auxílio ao desenvolvimento de territórios e espaços turísticos.

5 **O Turismo e o Combate a Pobreza no Brasil**

A atividade turística sempre esta em busca de novos espaços, com vistas a oferecer novas atrações de forma a atender as exigências da demanda mundial. Assim, cabe ao turismo preocupar-se com injustiças, exclusão social, degradação ambiental, assumindo compromisso de contribuir com a sustentabilidade, vigorando os princípios da democracia, cooperativismo, autogestão e solidariedade. Nesse contexto se insere, o turismo de base comunitária, uma expressão do mundo contemporâneo, onde as pessoas buscam uma interação direta com o ser humano, não se contentando apenas em comprar ou vender o produto, mais do que uma simples abertura de mercado, são desafios a serem enfrentados, o que exige uma preparação das comunidades, a fim de potencializar suas fortalezas, evitar erros e sobretudo agir de forma sábia, pois as deficiências constatadas são provenientes do improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios. O turismo pode ser uma fonte de oportunidades, mas também é uma ameaça para a coesão social da comunidade, sua cultura e seu habitat natural se as comunidades não assumirem seu verdadeiro papel no planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento.

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros.

A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção. O setor de turismo apresenta grande potencial na geração de empregos e renda, em decorrência dos baixos requisitos de capital e qualificação profissional e grande inserção dos trabalhadores que trabalham por conta própria, fortalecendo seu papel na redução de desigualdades sociais, apoiado pelo uso de políticas públicas adequadas.

Quanto mais se amplia o papel do governo, melhores são os resultados em termos de redução de pobreza e desigualdade. Onde o governo atua por meio de gastos em bens públicos a serem consumidos pela população, implica em maior funcionamento do mercado, porque embora esses bens estejam disponíveis igualmente para todas as faixas de renda, eles existem, sobretudo em regiões e setores mais desenvolvidos, onde o sistema de mercado funciona mais amplamente.

A atividade turística vista como potencial na atração de divisas, valorização cultural e desenvolvimento de atrativos e destinos turísticos, tem mostrado um grande crescimento durante as duas últimas décadas, tornando-se uma atividade importante do ponto de vista econômico, ganhando espaço para realização de estudos e pesquisas por parte da academia, mídia e dos governos, de forma a buscar entender e atenuar os impactos negativos advindos da atividade como sobre uso dos recursos naturais, alteração das culturas tradicionais, expulsão de populações locais, especulação imobiliária e a inflação provocada pelo turismo. Nesse contexto, surge estudos sobre o combate à pobreza através da prática da

atividade turística, se integrando a economia solidária, que apesar da existência de poucas pesquisas já existentes, relacionadas basicamente a estudos de caso de apoio à produção artesanal e turismo de base comunitária, tem despertado o interesse de estudos acadêmicos desde o início dos anos 90, através da criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), e apenas recentemente tem recebido um tratamento de pesquisa sistemático.

6 Cooperativas e o exemplo de Foz do Iguaçu

As atividades produtivas provenientes da economia popular solidária abrangem diferentes setores e categorias sociais, que se organizam através de várias formas, desde grupos informais e pequenas associações a cooperativas e empresas de médio e pequeno porte. Se insere neste contexto os grupos familiares e comunitários tradicionais como também operários e trabalhadores rurais que lutam de forma coletiva, na esperança de melhores condições de vida.

Atualmente, de abordagem mais intensiva o solidarismo econômico é utilizada pelos trabalhadores, como recurso comunitário e de autogestão na organização da produção e do consumo, uma economia alternativa, pode-se observar pela existência de um grande número de associações rurais espalhadas em varias regiões do país, da multiplicação dos grupos coletivos de produção nos assentamentos da reforma agrária ou, ainda, das dezenas de empresas autogestionárias, formadas pelos trabalhadores anteriormente empregados em empresas que entraram em falência. Porém, é necessário muita prudência e cautela, conhecer a realidade local, para então propor projetos suscetíveis de desenvolvimento social e econômico.

O cooperativismo não tem finalidades puramente econômicas. Procura-se mobilizar e organizar os agentes econômicos para desenvolver a economia com base em outros valores que não apenas a busca de lucro, perseguindo objetivos políticos e sociais através da organização de base, da defesa da autonomia de organização e de representação e, o mais importante, da criação de mecanismos institucionais que possibilitem aos trabalhadores se apropriarem dos instrumentos de produção e de gestão.

A cooperativa de turismo é uma unidade de produção operando com um capital (próprio e empréstimos financeiros), e trabalho (cooperado e assalariado) devendo gerar um resultado econômico que remunere os investimentos e aporte sobras. De nada adianta um bom planejamento se não forem utilizados mecanismos de controle do desempenho da atividade e de seus funcionários. Para garantir o sucesso da atividade deverão ser adotados métodos eficientes de gerenciamento. Para ter sucesso na atividade o cooperado necessita saber como e quanto produzir e, principalmente para quem vender. Nas decisões de médio e longo prazos o gerenciamento desempenha papel preponderante em função das constantes mudanças que ocorrem nas tecnologias, nos preços dos insumos e produtos e nas políticas do setor, que levam à cooperativa riscos e incertezas. A gestão da organização cooperativa está diretamente relacionada com as suas dimensões. A necessidade de racionalização dos procedimentos administrativos cresce à medida que aumenta a dimensão da organização.

A Cooperativa de Turismo e Lazer, criada pela assembléia geral ordinária da OCB, no dia 28 de abril de 2000, atua no setor de turismo e lazer. Esse ramo surgiu com boas perspectivas de crescimento, pois todos os estados brasileiros têm potencial fantástico para o turismo cooperativo, que visa organizar as comunidades para disponibilizarem seu potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhes toda a ordem de serviços, e simultaneamente organizar os turistas para usufruírem desse novo paradigma de turismo, mais barato, mais educativo e mais prazeroso. O ramo do turismo e lazer dispõe de projetos conceitual e operacional, a ser implantado em três fases: no Brasil, na América Latina, e nos demais paises, com o respaldo da OCB, OCA e da ACI. Segundo a OCB, são cooperativas de profissionais que têm por função primordial prestar serviços a terceiros (SETUR/FOZ, 2011).

A Cooperativa de Turismo e que atua neste setor econômico é formada por pessoas físicas e/ou jurídicas que prestam serviços ou oferecem produtos relativos a esta atividade e cujos meios de produção pertençam ao cooperante. As cooperativas de turismo congregam profissionais que exercem atividades ligadas ao turismo que é um setor de grande importância econômica em todo o mundo. Também o meio rural, onde estão inseridas as cooperativas agropecuárias, oferece muitas atrações, cada vez mais procuradas pelo público urbano. Diante desse potencial e objetivando

oferecer novas alternativas de renda aos associados das cooperativas, o Sistema Ocepar está atuando em duas frentes: na orientação de grupos interessados em atuar de forma cooperativa no oferecimento de serviços de apoio ao turismo, e no treinamento de agentes de turismo e preparação da infra-estrutura nas propriedades rurais.

A Cooperativa de Turismo promove o desenvolvimento do setor através da geração de empregos e de renda, e principalmente o aumento da qualidade de vida dos seus associados. Entretanto, deve-se lembrar que a cooperativa atua numa economia dominada por forças oligopólicas e que para ter sucesso deve adotar uma organização e gestão profissional. Maior ênfase deve ser dada para o processo de comunicação e educação cooperativa como forma de manter vivo o espírito e a doutrina cooperativista.

São exemplos a COOTTRAFOZ Cooperativa de Transporte Turismo e Alternativo de Foz do Iguaçu, AEROTÁXI - Cooperativa Aerotaxi dos Motoristas Profissionais Autônomos do Aeroporto AFONSO PENA Ltda, a COOPTUR - Cooperativa Paranaense de Turismo.

O movimento cooperativo deve buscar incrementar a competitividade das cooperativas por meio da modernização dos sistemas de prestação de serviços e de comercialização, visando agregar valor ao trabalho. As cooperativas de turismo e lazer podem contribuir para a geração de oportunidades de trabalho, distribuição de renda, preservação do meio ambiente e para o resgate da cidadania em plenitude, desenvolvendo a consciência ativa da cidadania planetária do lazer.

Foz do Iguaçu é um município localizado na região oeste do estado do Paraná, cujo desenvolvimento esteve ligado a construção a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o que contribuiu para que a cidade crescesse muito rapidamente, chegando a atingir hoje, aproximadamente, 300 mil habitantes e possuir uma diversificada rede de serviços e equipamentos turísticos.

Em resposta a esse contexto de exclusão social e de falta de alternativas, desenvolveu-se através da união de taxistas um projeto de Cooperativa de Transporte Turismo e Alternativo de Foz do Iguaçu, com intuito de agregar em uma associação os motoristas das categorias de transportes de carros, ônibus e vans para transportarem os turistas no intuito de mostrar a eles os atrativos turísticos do

destino como as Cataratas Brasileira, Cataratas Argentina, Itaipu Binacional, Ecomuseu, Macuco Safári, Marco das Três Fronteiras, Compras no Paraguai e na Argentina, agregado o serviço de guia de turismo. A cooperativa atua há mais de doze anos no mercado iguaçuense. Para fazer parte da mesma, é necessário se filiar e pagar mensalmente uma taxa e colocar no veículo o símbolo da Coottrafoz de forma a identificá-lo.

Possui como objetivo geral a concepção e a operacionalização de uma rede de prestação de serviços aos turistas que visitam Foz do Iguaçu, de forma padronizada e qualificada. Para a execução dessa tarefa, foram traçadas, inicialmente, algumas metas básicas. A primeira concentra-se no levantamento de experiências de redes de prestação de serviços turísticos em outras cidades e países. A segunda meta fundamenta-se na criação e operacionalização da cooperativa.

A Cooperativa foi implantada como resultado da busca de alternativas para superar momentos de crise ou oportunizar um local onde seus membros possam compartilhar conhecimento, bens e serviços, exercendo importante papel no desenvolvimento social da comunidade na qual estão inseridos, criando também uma identidade de transporte turístico no destino.

Ajuda e confiança mútua são condições básicas para o sucesso de qualquer empreendimento. Igualdade, democracia, solidariedade, ética, cidadania a gestão das empresas. O processo de decisão é coletivo, democrático e participativo, todos os participantes podem se expressar, se integrando em forma de cooperativa, oportunizando a criação de uma estrutura verticalizada de prestação de serviços, aumentando os ganhos de produção e escala, excluindo interferências.

Considerações Finais

Em várias regiões brasileiras, assim como em Foz do Iguaçu, o turismo surge como alternativa de desenvolvimento local. O turismo comunitário pode ser considerado como aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir

com o lugar e como o modo de vida da população local, se comprometendo em cuidar e preservar seu patrimônio. O controle produtivo está nas mãos dos que fazem parte da cooperativa. Sendo necessário, dessa forma, buscar compreender como as comunidades podem participar efetivamente dos benefícios advindos das atividades gerados pelo segmento, apresentando uma melhor distribuição dos resultados.

É fundamental que a comunidade se paute em um planejamento e gestão dos arranjos produtivos locais, de forma a conseguir melhorar suas economias, oportunidades de trabalho, além de prepararem o local para receber os visitantes e turistas de maneira organizada. A participação da população no planejamento turístico se constitui em um diferencial estratégico no desenvolvimento da atividade, construindo um modelo de ocupação turística, criando um produto que estabelece maior relação com a realidade local, de acordo com os desejos e valores da população.

Em resposta a esse modelo de desenvolvimento, a COOTTRAFOZ - Cooperativa de Transporte Turismo e Alternativo de Foz do Iguaçu, criou seu próprio modelo de trabalho, o modelo de turismo de base comunitária que surge em contraponto aos modelos de desenvolvimento caracterizados por ações de exclusão e à promoção do crescimento das desigualdades sociais. Essas pessoas são sujeitos sociais que atuam como autores de seu destino, pois criam, escrevem, roteirizam e atuam na sua história.

Tendo em vista, o acima exposto, conclui-se que o turismo de base comunitária se insere na perspectiva de desenvolvimento local. É fundamental que os espaços onde são construídas as identidades territoriais e as comunidades sejam interpretados como processo de construção da sociedade, considerando apenas o potencial turístico local ou regional, como também as diversas alternativas e variáveis pautadas em um desenvolvimento centrado nos recursos e demandas locais. A atividade turística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, desde que o foco de seu planejamento esteja na geração de oportunidades e benefícios reais para essas populações.

Referencias Bibliográficas

Bartholo, Roberto; Sansolo Davis Cruber; Bursztyn Ivan. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Aquarela 2020 – Marketing Turístico Internacional do Brasil.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Amanda. **Entre o transnacionalismo e a relocalização**: estratégias de integração de imigrantes brasileiros na Espanha. IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 2007. disponível em: http://www.ub.es/geocrit/9porto/amanda.htm. acesso em agosto de 2007.

IASKIO, E. L. S. **O que é economia solidária?** In:BERGONSI, S. S. S. e LACERDA, G. B. de (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos eAbordagens.** Curitiba: PROEC, p. 49-66, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Chamada Pública MTUR n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**; tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRO, Rodrigo. **Economia Solidária e Turismo – A Experiência da Incubação de Cooperativas Populares na Cadeia Produtiva do Turismo na Região Nordeste do Brasil.** Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Brasília, 2009.

SANTOS, Milton. O retorno do território. IN: Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Manual de Estatísticas, 2011. Foz do Iguaçu, Paraná.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SINGER. P. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.
TUAN, Y.F. **Espaço e Lugar**. São Paulo. DIFEL, 1983.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005, 200p.